



Data: 05.07.2020

Titulo: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10

# Europa premeia poluidores com 137 mil milhões em isenções

Este é o valor anual de isenções fiscais ao petróleo, gás e carvão ou de licenças gratuitas de emissões de CO2 atribuídos por países europeus, comprometendo as metas ambientais. Em Portugal serão 867,5 milhões **P2**

Área: 5712cm² / 76%

Titagem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6889280



Data: 05.07.2020

Titulo: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10

© HP, STÖBER, FURLO, GAZETTY, MANE



# Ambiente Os subsídios “sujos” estão a ameaçar a política verde da Europa

P4 a 10

Área: 5712cm² / 76%

FOTO Titagem: 72.253

cores: 4 cores

ID: 6889280



Data: 05.07.2020

Título: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10

# Como a Europa subsidia com milhares de milhões os principais causadores do aquecimento global

**Investigação** São mais de 137 mil milhões de euros por ano, em isenções fiscais ao petróleo, ao gás e ao carvão. Há licenças gratuitas de emissões de CO2 para a indústria pesada (cimento, siderurgia), descontos no gasóleo agrícola e no combustível dos aviões. A força do *lobby* é clara. E ameaça todos os planos “verdes” da União Europeia

Por Paulo Pena/Investigate Europe

**N**ão há muito a dizer sobre Berchem, uma pequena aldeia com menos de mil habitantes, a 15 minutos de carro da capital do Luxemburgo. Mas todos os dias passam por ali de oito a dez mil pessoas. Vão ao único ponto de turismo daquela terra: a maior bomba de gasolina da Europa. Ali vende-se mais combustível do que em qualquer outro lugar, cerca de 260 milhões de litros por ano. No site da gasolinera há promoções em destaque – “oferecemos aos camionistas que abastecem mais de 500 litros um café gratuito” –, mas não são essas que fazem de Berchem um ponto no mapa para camionistas, cidadãos franceses, alemães e belgas. A razão é óbvia: 0,95 euros

por litro de gasóleo, 1,06 por litro de gasolina.

Em Lisboa, o mesmo litro custa mais 30 e 40 centimos, respectivamente. O Luxemburgo tem muito menos impostos sobre o petróleo do que os seus vizinhos do centro da Europa. E do que Portugal, a terra de origem do gerente da bomba de Berchem.

Uma parte significativa dos leitores deste trabalho invejará o exemplo luxemburguês. Um dos países mais ricos da Europa decide ter o imposto mais baixo sobre produtos petrolíferos. Mas há outro lado nesta história. Os 260 milhões de euros de gasolina ali vendidos, com um desconto de 0,4 euros por litro, face a Lisboa, são na realidade um subsídio de mais de cem milhões de euros, num ano, dado pelo Estado luxemburguês ao consumo de combustíveis fósseis.

Area: 5712cm² / 76%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6889280



Data: 05.07.2020

Título: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:

P

P2

QuickCom  
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10



Área: 5712cm² / 76%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6689280

Este é apenas um exemplo da enorme contradição que caracteriza a política climática em toda a Europa. A chanceler alemã, Angela Merkel, o Presidente francês, Emmanuel Macron, o primeiro-ministro português, António Costa, com o apoio de quase todos os parceiros da UE, apelam à “descarbonização” da economia. A presidente da Comissão da UE, Ursula von der Leyen, anuncia um “Pacto Ecológico” e promete uma mirífica “neutralidade climática” até 2050. Mas, ao mesmo tempo, os governos de toda a Europa estão a promover o consumo de combustíveis fósseis com uma série interminável de subsídios e benefícios. Com a redução de impostos, como vimos, mas também com descontos fiscais ao gasóleo agrícola, o apoio à indústria da lignite e do carvão, as isenções fiscais para o querosene da aviação, as licenças de emissão de CO2 gratuitas para as indústrias cimenteiras, de celulose, siderúrgicas e químicas.

É assim que 28 dos 30 Estados da Zona Económica Europeia, mais o Reino Unido, para os quais existem dados disponíveis, alimentam o

aquecimento global com pelo menos 137 mil milhões de euros por ano, de acordo com a investigação da equipa de jornalistas Investigate Europe (ver gráfico nestas páginas). Uma comparação: o orçamento total anual da UE é de 155 mil milhões de euros.

### Um consenso ineficaz

“Estes subsídios desperdiçam dinheiro público, provocam o aumento das emissões de gases com efeito de estufa e agravam a poluição atmosférica”, lamenta Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, concordando com a figura mais simbólica do movimento de protecção do clima, Greta Thunberg. “Esta é a parte louca da política climática que ignoramos”, explica Thunberg, num vídeo do YouTube, aos seus muitos milhões de seguidores. “Gastamos mil vezes mais a subsidiar combustíveis fósseis do que a encontrar soluções.”

Greta Thunberg experimentou essa falta de soluções quando visitou Lisboa, há menos de um ano, no dia 3 de Dezembro de 2019, depois de passar 21 dias no Atlântico Norte, a bordo de um catamarã movido a energia eólica, so-



Data: 05.07.2020

Titulo: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10

lar e hídrica. Lisboa era apenas uma escala. O destino final da activista sueca era Madrid, onde decorreu a COP25, a cimeira da ONU sobre o clima.

Na doca onde aportou tinha à sua espera um grupo de apoiantes. E as palavras simpáticas de deputados, autarcas e governantes. “Portugal é um dos países europeus que mais sofrem com as consequências das alterações climáticas. Como resultado do aumento do nível do mar nos últimos anos, perdemos 13 metros quadrados de área costeira. No Sul do país, a seca é crónica e ainda precisamos de saber como adaptar o nosso uso dos recursos. Temos uma estratégia nacional ambiciosa de adaptação às alterações climáticas que temos seguido à risca porque, para Portugal, se trata de um problema actual e não do futuro”, escreveu o ministro do Ambiente, Matos Fernandes, numa carta dirigida à jovem ambientalista.

Na sua curta estada em Lisboa, Greta Thunberg foi fotografada para a capa da revista *Time*, que a elegeu como “personalidade do ano”. Depois colocou-se um dilema: como deveria viajar para Madrid, a capital de Espanha, a pouco mais de 600km de distância? Greta escolheu o comboio. Mas havia um problema, que desconhecia: a ligação ferroviária entre Lisboa e Madrid é a única na Europa, entre capitais, que não está completamente electrificada. Um troço do percurso faz-se, ainda, com uma locomotiva a diesel. Entre a fronteira portuguesa e Medina del Campo, em Espanha, são cerca de 18 km de propulsão a combustíveis fósseis. No dia 17 de Março, a empresa ferroviária espanhola Renfe decidiu suspender indefinidamente o Lusitânia-Expresso, o comboio que liga as duas capitais ibéricas.

Ao lado de Thunberg, em Madrid, o português António Guterres sublinhou o problema: “O maior custo é subsidiar uma indústria de combustíveis fósseis moribunda, construir cada vez mais centrais eléctricas a carvão, e negar o que é simples como o dia. Afinal, será de bom senso dar triliões de dinheiro dos contribuintes à indústria dos combustíveis fósseis para impulsionar furacões, espalhar doenças tropicais, e aumentar os conflitos?”

Em resposta a este trabalho, o porta-voz de Guterres da ONU acrescentou: “O secretário-geral afirmou repetidamente que os subsídios aos combustíveis fósseis devem acabar, e os poluidores devem começar a pagar pela sua poluição.”

Mas para que os subsídios aos fósseis acabem talvez seja preciso mais do que uma condenação unânime das organizações internacionais (além

da ONU e da OCDE, também o FMI tem um discurso crítico sobre este assunto).

## O poder do lobby

Viriato Soromenho-Marques foi durante quatro anos membro do grupo de alto nível sobre Energia e Alterações Climáticas que aconselhou o presidente da Comissão Europeia Durão Barroso. Viveu por dentro a contradição política europeia. Por isso, explica-nos que não será fácil acabar com os subsídios estatais aos fósseis. “Vivemos dentro de uma fábula quando pensamos que alguma vez as promessas do Pacto Ecológico Europeu poderão ser realizadas, sem alterações que só posso classificar como revolucionárias, e por isso mesmo são de probabilidade baixa. Os sectores ligados aos combustíveis fósseis estão entrincheirados nos governos nacionais e nas instituições da União Europeia através de fortes lobbies. O petróleo, o gás natural, até o carvão, a aviação civil ou o sector automóvel estão dentro dos governos e nos corredores da Comissão e do Conselho.”

O eurodeputado francês Pascal Canfin, eleito pela lista do partido de Emmanuel Macron, é o presidente da Comissão do Ambiente do Parlamento Europeu desde 2019. Foi por sua iniciativa que o Parlamento da UE declarou, no final do ano passado, o “estado de emergência climático”. Quando nos deu uma entrevista, sobre os subsídios a combustíveis fósseis, explicou-nos o poder dos sectores económicos organizados sobre a decisão política. “Por trás de cada isenção fiscal há um lobby. Portanto, não se está a subsidiar a indústria dos combustíveis fósseis em si mesma. Está-se a subsidiar o lobby que utiliza os combustíveis fósseis. Por isso, na segunda-feira são os agricultores, na terça-feira são os camiões, na quarta-feira é outro...”

É fácil confirmar esta avaliação. Basta fazer uma viagem pelos documentos de consulta da própria UE. Como o PÚBLICO noticiou ontem, a Comissão Europeia está a preparar uma mudança na directiva ETD, que regula os impostos sobre a energia. Em Abril terminou o “período de feedback” aberto pela Comissão para receber opiniões do sector empresarial, das ONG e do público sobre a proposta de harmonização dos impostos sobre a energia. Recebeu 180 exposições por escrito. A maioria tenta manter as isenções fiscais sobre a energia e há até quem ameace a UE com processos judiciais, caso sejam retirados os subsídios. Entre estas podemos ver claramente a indústria pesada (papel, cimento, química), o sector da aviação, o sector da energia, a navegação internacional... Quais são os seus principais argumentos?

Área: 5712cm² / 76%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6889280





Data: 05.07.2020

Titulo: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10

## Covid-19 e “voluntarismo ambiental”

O mais comum é o do efeito negativo sobre a competitividade internacional da indústria europeia: se os preços da energia subirem, isso irá aumentar o custo de produção (em comparação com os EUA e a China). O European Aluminium, um consórcio de empresas europeias de alumínio, levanta este ponto, numa carta à Comissão: “Devem ser introduzidas medidas específicas (por exemplo, reforma dos impostos e taxas, incluindo isenções) a fim de abordar o diferencial de preços da energia com os principais concorrentes e de garantir a segurança energética.”

A actual crise económica provocada pela pandemia de covid-19 também surge como argumento contra o fim dos subsídios ao petróleo e ao carvão. A UNIDEM francesa escreveu à Comissão pedindo que, “no contexto da covid-19”, as políticas “climática, energética e industrial convirjam de forma consistente”. Por isso, a UE deveria “manter as isenções actuais: manter a possibilidade de tributação zero ou de nível reduzido do consumo de energia para as empresas de energia intensiva que competem a nível mundial e utilizam tecnologias de alta eficiência”.

Para a indústria há outro argumento de peso: a “fuga de carbono”, ou seja, a deslocalização para países que não taxem os combustíveis, e as emissões de CO<sub>2</sub>. A COPA/COGECA, confederação dos agricultores na Europa, utiliza essa ameaça: “A introdução de um novo imposto para reflectir as emissões de CO<sub>2</sub> ligadas à utilização de produtos energéticos e electricidade na agricultura, horticultura, piscicultura e silvicultura teria um impacto na competitividade destes sectores e levaria à deslocalização destas actividades para países terceiros.”

A Associação Portuguesa dos Industriais Grandes Consumidores de Energia Eléctrica tem outra crítica a fazer à ideia do fim dos subsídios: “O peso das emissões europeias a nível global tem vindo a diminuir; por conseguinte, é aconselhável evitar um voluntarismo ambiental excessivo.”

A força destas associações empresariais, e a repercussão das suas posições (quer na política de cada um dos governos nacionais, quer na improvável unanimidade europeia), parece confirmar os receios que nos deixaram Viriato Soromenho-Marques e Pascal Canfin. É muito difícil acabar, ou até diminuir, os subsídios dados pelos Estados ao carvão, gás e petróleo. Mas haverá alguma alternativa?

“Não”, diz, peremptoriamente, o homem que lidera a pasta do Clima na Comissão Europeia, o vice-presidente Frans Timmermans, da Holanda. Os objectivos climáticos da UE

não são alcançáveis sem o fim dos subsídios ao consumo de combustíveis fósseis, confirmamos, numa entrevista por videoconferência. “Mas estes sistemas fiscais estão a ser revistos por quase todos os Estados-membros, todos estão agora a olhar para isso”, garante Timmermans. “As coisas estão a mudar rapidamente.” →

## O bom exemplo português...

Em Portugal, de facto, as coisas mudaram muito nos últimos anos. Um dos primeiros subsídios a acabar foi o da “garantia de potência” – uma compensação paga pelo Estado a todos os produtores de electricidade (carvão, gás, hidroeléctrica). Os reguladores questionaram a sua necessidade – devido ao “excedente” de produção e à “segurança da rede” –, mas as empresas eléctricas receberam 52 milhões de euros enquanto durou.

Em 2011, o memorando de entendimento com a *troika* tinha um objectivo que tocava o sector: “Reduzir as rendas excessivas e abordar a sustentabilidade do sistema eléctrico nacional.” Em 2012, o Governo fez um acordo com as empresas eléctricas para suspender o pagamento de qualquer subsídio de capacidade do mercado até ao final do programa de assistência financeira (2015). Em 2016, o Governo de António Costa decidiu suspender o subsídio de disponibilidade para as centrais eléctricas a gás (como já tinha decidido suspender para o carvão). E em 2018 anunciou à Comissão Europeia que esse subsídio estava definitivamente fora de questão. De acordo com as notas dessa reunião, tiradas por um dos emissários portugueses, Bruxelas declarou que se tratava de “notícias maravilhosas”.

Mas a medida mais emblemática foi tomada há dois anos. No Orçamento do Estado de 2018, o Governo português apresentou um plano para eliminar gradualmente os subsídios no ISP (Imposto sobre Produtos Petrolíferos) concedidos à produção de electricidade até 2022.

Até Setembro de 2017, um quinto do consumo de electricidade em Portugal era fornecido pela produção de centrais eléctricas a carvão, de acordo com dados da REN – Redes Energéticas Nacionais. Em 2019, o consumo de carvão em Portugal diminuiu 54% devido à baixa utilização das centrais termoeléctricas de Sines (EDP) e Pego (Tejo Energia, na qual a Endesa tem uma participação). Assim, o consumo dessa matéria-prima diminuiu de 4,5 milhões de toneladas em 2018 (um valor em linha com a média dos anos anteriores) para os referidos 2,09 milhões de toneladas.

Área: 5712cm<sup>2</sup> / 76%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6889280



Data: 05.07.2020

Titulo: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:



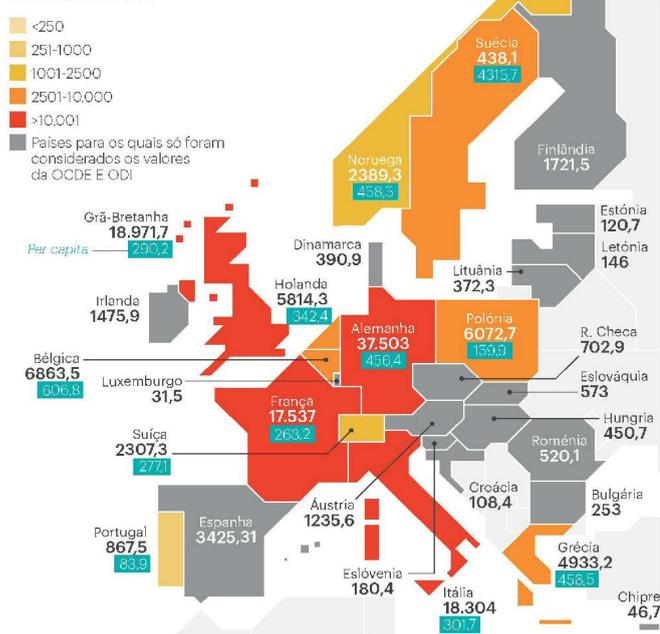
Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10

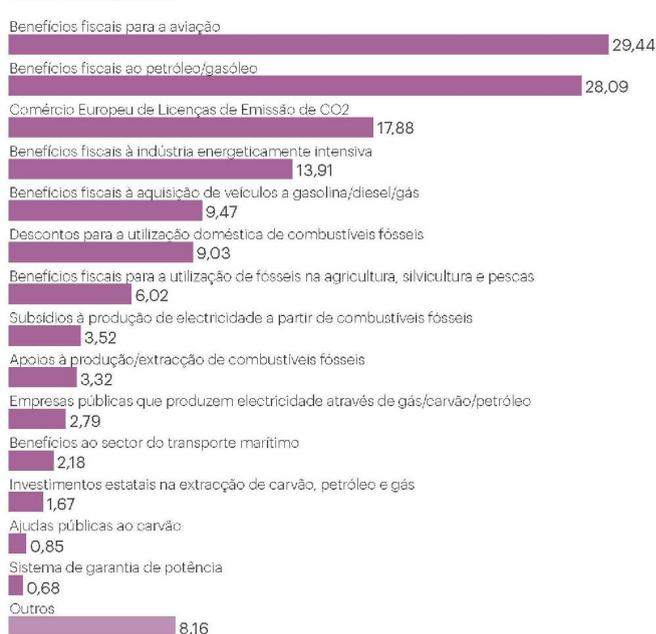
### Isenções fiscais e subsídios aos combustíveis fósseis por país

Em milhões de euros



### Os sectores mais beneficiados pelos apoios públicos na UE

Em mil milhões de euros



Para os nossos cálculos analisámos os subsídios directos, os diferentes tipos de isenções fiscais para o sector fóssil, os investimentos em infra-estruturas fósseis e os certificados gratuitos que as empresas recebem do Governo para emitir CO2. Utilizámos fontes governamentais públicas e relatórios de organizações como a OCDE e as ONG Overseas Development Institute (ODI) e

Climate Action Network, entre outras. Para cada medida de apoio, analisámos as informações mais recentes entre 2014 e 2019. Isto levou-nos a pelo menos 137 mil milhões de euros por ano em 29 países europeus, incluindo o Reino Unido. Este valor é uma estimativa conservadora; para alguns países, tais como Chipre e Bulgária, só pudemos consultar um conjunto de dados incompleto, para

os outros países, muitas formas de ajuda não podem ser quantificadas, pelo que o total real será mais elevado. Em Portugal, consultámos os valores declarados da "despesa fiscal" no relatório do último Orçamento do Estado. Incluímos também os últimos valores disponíveis (2018) sobre benefícios fiscais em IRC (em que a empresa Saipem foi a terceira mais beneficiada),

e impostos sobre o consumo (6 das 7 empresas mais beneficiadas tiveram reduções no imposto sobre produtos petrolíferos, como a EDP Produção, a Carbopegas, e a Petrogal/Galp) na Zona Franca da Madeira. Por último, acrescentámos a informação oficial das licenças gratuitas atribuídas em Portugal pelo sistema de Comércio Europeu de Licenças de Emissão.

Fonte: investigação própria, com OCDE, ODI e CAN

PIR CO

# “

Por trás de cada isenção fiscal há um lobby. Portanto, não se está a subsidiar a indústria dos combustíveis fósseis em si mesma. Está-se a subsidiar o lobby que utiliza os combustíveis fósseis

Pascal Canfin

O petróleo, o gás natural, até o carvão, a aviação civil ou o sector automóvel estão dentro dos governos e nos corredores da Comissão e do Conselho [europeus]

Viriato Soromenho -Marques

Tiragem: 72.253  
FOTO  
Cores: 4 Cores  
ID: 6889280



Data: 05.07.2020

Título: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10

O primeiro-ministro, António Costa, anunciou em Setembro de 2019, no seu discurso inaugural, que as duas centrais eléctricas a carvão ainda existentes serão encerradas.

Estes são dois exemplos que fazem com que o Governo português esteja entre os mais activos, na UE, para atingir a prometida “neutralidade carbónica” daqui por 30 anos. O ministro do Ambiente, Matos Fernandes, concorda que “a eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente, incluindo as isenções a que os combustíveis fósseis estão ainda sujeitos na Europa, é claramente uma importante linha de acção para que seja atingida a neutralidade carbónica”. Por várias razões, adianta, na entrevista que nos deu: “Não só porque permitiria angariar receitas adicionais para cumprir com os objectivos europeus de redução de emissões, como permitiria introduzir um sinal de preço ao mercado que fomenta as alternativas de baixo carbono.”

### ... e o mau exemplo português

Os bons exemplos são sempre relativos. E na Europa há muitos países em colisão com a ideia, consensual como vimos, de que é preciso reduzir os subsídios aos fósseis. Após a conclusão do acordo climático de Paris, a UE teve de definir como iria desempenhar o seu papel para manter o aquecimento global “bem abaixo dos 2°C” e equilibrar as emissões “na segunda metade deste século”. O resultado foi a “União da Energia e do Clima”, que obriga cada Estado-membro a apresentar um “plano nacional de energia e clima”. Nesse plano, os governos não devem apenas indicar como apoiam o objectivo acordado de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa na UE em 40% até 2030, em comparação com 1990. Além disso, “os Estados-membros devem informar sobre as medidas que tomaram para eliminar gradualmente os subsídios energéticos, especialmente para os combustíveis fósseis”, diz a lei da UE.

Antes da data-limite de Dezembro de 2019, a Comissão advertiu explicitamente que “as versões finais devem conter uma descrição e quantificação sistemática de todos os tipos de subsídios” e também planos para “a futura eliminação gradual dos subsídios que não contribuam para a realização dos objectivos [climáticos] a longo prazo”.

Mas a advertência foi em vão. O Investigate Europe avaliou 22 dos planos apresentados. Um total de 15 governos não apresentou listas ou apresentou versões muito incompletas dos seus subsídios que prejudicam o clima. E nenhum dos Estados-membros apresentou propostas sobre a sua redução ou eliminação.

O Governo austríaco alegou que em primeiro lugar “tem de ser elaborada uma lista de incentivos e subsídios que são contrários aos objectivos climáticos e energéticos” – como se Viena tivesse acabado de tomar conhecimento do problema. O Governo alemão também declara que teve os seus subsídios energéticos “examinados pela primeira vez” num “relatório de investigação” e que irá agora – dois anos após o mandato legal que decidiu sobre si próprio – “examinar os resultados”. O Governo dos Países Baixos foi ainda mais longe na retórica. Afirma que não existem benefícios prejudiciais para o clima no seu país “no sentido em que são disponibilizados recursos para promover a utilização de combustíveis fósseis”. É claro que o Governo de Haia não tem apenas as isenções habituais para a indústria, os automobilistas e o transporte de camiões. Além disso, o Estado holandês participa directamente na produção e distribuição de gás natural com milhares de milhões de euros.

Portugal assume que tem subsídios. Contudo, o valor apurado pela nossa pesquisa (referente aos últimos dados disponíveis sobre licenças de emissão de gases com efeito de estufa, em 2019, isenções no ISP, em 2019, e benefícios fiscais na Zona Franca da Madeira, em 2018), de 867,5 milhões de euros, é quase o dobro do que o Governo português reconhece (441 milhões, registados no OE de 2019). E isso tem uma explicação.

Só na Zona Franca da Madeira, as empresas petrolíferas recebem benefícios fiscais de várias centenas de milhões de euros. São, aliás, das maiores beneficiárias do planeamento fiscal que levou a Comissão Europeia, em Julho de 2018, a investigar um eventual “auxílio ilegal” do Estado português, que terá atribuído benefícios de IRC sem garantir que os empregos eram criados por essas empresas e mantidos na Madeira, e se os lucros tinham origem em actividades desenvolvidas na região. Uma das empresas que mais benefícios fiscais receberam, entre 2010 e 2016, foi a Saipem SA, um dos principais fornecedores mundiais de serviços de perfuração e engenharia às empresas que exploram petróleo e gás.

As autoridades portuguesas não incluem na lista de subsídios, além disso, um dos valores mais altos, logo a seguir ao das isenções no ISP: o das licenças gratuitas de emissão de gases com efeito de estufa.

Só nisso, o Estado português atribuiu 267,8 milhões de euros, numa isenção total de custos para empresas muito poluidoras. O ministro



Data: 05.07.2020

Titulo: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10



Área: 5712cm² / 76%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6889280

“

*A eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente, incluindo as isenções aos combustíveis fósseis na Europa, é uma importante linha de acção para que*

*seja atingida a neutralidade carbónica*  
*João Pedro Matos Fernandes*  
*Estes sistemas fiscais estão a ser revistos por quase todos os Estados-membros, estão agora a olhar para isso*  
*Frans Timmermans*



Data: 05.07.2020

Titulo: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10



PEDRO NUNES/REUTERS

do Ambiente admite que “esta discussão pode ser reaberta”, mas reforça os argumentos que estão na sua base: “Proteger os sectores de actividade mais expostos à concorrência internacional e visando evitar a deslocalização de empresas da Europa para outras geografias com menores exigências ambientais.”

O ETS (Comércio Europeu de Licenças de Emissão) é o instrumento mais importante da política climática europeia. A ideia que lhe está subjacente, que o economista canadiano John Dales formulou há 52 anos, é tão simples como brilhante. Em vez de dizer a cada empresa quanto gás lhe é permitido emitir, os Estados limitam-se a estipular uma quantidade total anual que será reduzida a cada ano. Em troca, emitem uma espécie de moeda, os certificados de emissão, por tonelada de dióxido de carbono. Qualquer entidade que emita gases com efeito de estufa tem de comprar certificados ao Estado num leilão. As empresas têm duas opções: ou investem em novas tecnologias que produzem menos gases e poupam no custo das licenças necessárias, ou compram certificados adicionais porque querem crescer. Como resultado, a protecção climática tem lugar onde está disponível ao menor custo. “Cap and trade” é a fórmula dos economistas para o sistema. Esta é a (boa) teoria. Mas, na prática, o sistema transformou-se numa gigantesca máquina de subsídios. Porque a resistência das empresas foi enorme. As associações industriais de todos os países da UE, principalmente os fabricantes de aço, químicos e de cimento, afirmaram que, se fossem forçadas a pagar pelas suas emissões,

“isto só levaria ao desaparecimento da produção e à sua ocorrência noutros locais”, explica o chefe do lobby alemão para as indústrias em causa, Jörg Rothermel.

Os governantes da Europa não querem correr este risco, conhecido no jargão da UE como “fuga de carbono”. É por isso que simplesmente concedem certificados gratuitos para todas as empresas cujos produtos estão associados a emissões elevadas ou se destinam ao mercado mundial. Quando a batalha terminou, a lista de certificados gratuitos acabou por incluir 170 categorias de produtos. “Que afectou 97% de todos os produtos industriais”, ironiza Jürgen Landgrebe, o chefe da Autoridade Federal do Comércio de Emissões da Agência Federal do Ambiente alemã. A partir de 2021, este número cairá para apenas 66%, mas isso é apenas cosmética. “Quase todas as empresas industriais que emitem quantidades significativas de gases com efeito de estufa permanecem na lista”, diz Landgrebe.

### Vinte multinacionais recebem um terço do subsídio

Absurdamente, nem mesmo os operadores de minas de carvão e estações de extracção de petróleo e gás que emitem quantidades particularmente grandes de gases com efeito de estufa têm de comprar as suas licenças de emissão. Consequência: 43% de todos os certificados são atribuídos gratuitamente. No ano → passado, o valor destes certificados, medido em relação ao valor médio de mercado, foi de 17,8 mil milhões de euros na UE.

Área: 5712cm² / 76%

Tiragem: 72.253 FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6889280



Data: 05.07.2020

Titulo: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10

MARCOS DEL MAZUEZ - IMAGES



Área: 5712cm² / 76%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6889280

“

*É crucial incluir o fim dos subsídios à energia fóssil e um preço eficaz sobre a emissão de CO2 no quadro das medidas de recuperação pós-covid*  
Artur Patuleia



**Miragem**

Ao lado, poluição atmosférica em Madrid, em Fevereiro deste ano. As licenças de emissão de CO2 gratuitas para as indústrias pesadas tornam a “neutralidade climática” até 2050 uma miragem



Data: 05.07.2020

Titulo: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:

P

P2

QuickCom  
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10

Com a ajuda da organização ambiental Sandbag, o Investigate Europe compilou pela primeira vez a lista das empresas da UE que recebem mais certificados gratuitos. O resultado é espantoso: um terço de todos os certificados emitidos vai para apenas 20 empresas. Só para o grupo siderúrgico Arcelor Mittal, com as suas 71 fábricas em toda a UE, isto resultou num subsídio de 1,7 mil milhões de euros em 2019.

Em Portugal estão presentes várias destas multinacionais que acumulam, assim, certificados gratuitos em vários países da UE. A Arcelor Mittal, que é a recordista europeia, tem uma fábrica em Vale da Pedra, entre a Azambuja e o Cartaxo, onde produziu várias estruturas metálicas que podemos ver nos aeroportos de Lisboa e Porto ou nos estádios da Luz e de Alvalade.

Não muito longe dali, em Valverde, Santarém fica a Lhoist Portugal, que fabrica cales (óxido de cálcio, óxido duplo de cálcio e magnésio e hidróxido de cálcio). No Vale de Santarém fica outra metalúrgica transeuropeia, a SSAB. Mais perto de Lisboa, no Prior Velho, fica a química alemã BASF. Em Estarreja ficará a fábrica de automóveis Ineos.

Na lista nacional, afastadas as centrais a carvão do Pego e de Sines que sempre lideraram a lista de maiores emissores de gases com efeitos atmosféricos, estão as refinarias, as cimenteiras e a TAP – que junta à gratuidade das licenças de emissão os subsídios que recebe no ISP (isenta) e reduções no IVA dos bilhetes e combustível.

### O efeito social e político

Mas a escala do problema é ainda maior. Os subsídios aos combustíveis fósseis estão enraizados nas sociedades em que vivemos, da maior indústria ao mais pequeno agricultor, dos aviões aos carros que encham as cidades.

É por isso que é um problema político complexo, explica-nos o economista Ricardo Paes Mamede, um dos autores do relatório sobre os mais de 500 benefícios fiscais que existem em Portugal, de 2019. Um desses benefícios, apontado pelo trabalho pedido pelo Ministério das Finanças, é o ISP, e é lá que estão as várias isenções que favorecem o petróleo, o gás e o carvão. Mas Paes Mamede explica que as contas não são simples: “Se assumirmos que o imposto tem efeitos extrafiscais, quer no volume de consumo, quer nos níveis de rendimentos gerados, isso tem impactos ao nível da competitividade.” Por isso, “é um factor decisivo” para qualquer Governo saber “que impacto teria um aumento do imposto na competitividade e na geração de rendimentos”. O economista acredita até que, na questão dos subsídios aos fósseis, “os países que derem o primeiro passo ficam prejudi-

cados”.

Em Portugal, o assunto afecta muita gente, porque a rede de transportes não consegue ser uma alternativa ao uso dos carros para a grande maioria das pessoas, alerta Paes Mamede. “Não tenho nenhum problema com o aumento directo dos impostos. Desde que esteja garantida a existência de alternativas do ponto de vista energético.”

Foi isto que quase fez cair o Governo do Presidente francês, Emmanuel Macron, quando, no Outono de 2018, o seu Executivo quis aumentar o imposto sobre a gasolina em 2,9 cêntimos por litro e o imposto sobre o gasóleo em 6,5 cêntimos, justificando a medida com razões ambientais. Foi assim que nasceu o movimento “coletes amarelos”. O momento do aumento do imposto foi imprudente, uma vez que os preços do petróleo e dos combustíveis no mercado mundial tinham subido muito e isso fez com que os trabalhadores pendulares, dependentes do automóvel nas zonas rurais, se sentissem prejudicados. Isto desencadeou um movimento de protesto a nível nacional. No final, Macron teve de desistir da reforma.

### A vantagem de uma solução “imediatamente”

Curioso é que, entretanto, até os principais gestores da indústria automóvel se empenharam na causa ambiental. Herbert Diess, líder do Grupo Volkswagen, considera que o gasóleo “ainda goza de uma vantagem fiscal”. E mesmo Lothar Binding, porta-voz da política financeira do grupo parlamentar do SPD no Bundestag, não vê as coisas de forma diferente. Ele “aboliria imediatamente o privilégio do gasóleo”, diz numa entrevista ao Investigate Europe.

“Imediatamente” é o advérbio que repetem vários dos nossos entrevistados. Artur Patuleia é um especialista em energia português, que vive em Amesterdão. Trabalha no *think tank* E3G, onde aconselha governos, reguladores e empresas sobre a transição para a “energia limpa”. Para ele, “é crucial incluir o fim dos subsídios à energia fóssil e um preço eficaz sobre a emissão de CO2 no quadro das medidas de recuperação pós-covid”. Ou seja, “incluir um preço sobre o risco associado ao investimento em modelos de negócio ou sectores que são incompatíveis com a evolução da sociedade para a neutralidade carbónica”.

Patuleia defende que “a recuperação pós-covid é o momento para introduzir o fim dos subsídios, pois confere um sinal para que os agentes económicos orientem as suas decisões de investimento de acordo com a transição para a neutralidade carbónica. Numa altura em que é injectado muito dinheiro público nas economias, o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis contribui para que estes recursos públicos não sejam orientados para modelos

Área: 5712cm² / 76%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6689280



Data: 05.07.2020

Titulo: Os subsídios "sujos" estão a ameaçar a política verde da Europa

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;4;5;6;7;8;9;10

de negócios ou infra-estruturas inviáveis a prazo. Poderá ser introduzida uma eliminação gradual dos subsídios ao longo de dois ou três anos, contribuindo assim para estabilidade e previsibilidade junto dos agentes económicos na tomada de decisões de investimento”.

Porque esse é o ponto principal, explica Artur Patuleia. “O estímulo à recuperação ‘verde’ deve dar importância à mudança industrial para processos limpos, de zero emissões. Esta é a altura certa para que as empresas façam um *reset* em modelos de negócio insustentáveis no longo prazo. A retirada dos benefícios fiscais aos combustíveis fósseis e a introdução de um preço eficaz de CO2 podem ser incentivos importantes para a reconversão destes modelos de negócio.”

**Com Elisa Simantke, Harald Schumann, Ingeborg Eliassen, Jef Poortmans, Juliet Ferguson, Cécile Andrzejewski, Nico Schmidt, Nikolas Leontopoulos, Maria Maggiore, Daphné Dupont Nivet, Thodoris Chondrogiannos, Sigrid Melchior e Wojciech Ciesla**

**Investigate Europe é um projecto que junta jornalistas de oito países europeus. Tem o apoio das fundações Cariplo (Milão), Stiftung Hübner und Kennedy (Kassel), Fritt Ord (Oslo), Rudolf Augstein-Stiftung (Hamburgo), GLS (Alemanha) e Open Society Initiative for Europe (Barcelona)**

Área: 5712cm<sup>2</sup> / 76%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6889280